



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

Aos 06 dias do mês de outubro de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão De Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Presencial e Videoconferência]

10H30 – Audição do **Presidente da Comissão Executiva da ANA Aeroportos de Portugal/ Vinci Aeroportos** sobre “a ampliação da pista do Aeroporto da Horta”, a **requerimento do PS**

Obs.: Audição por videoconferência

11h30 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação da **ata n.º 149**, referente à reunião do dia 28 de setembro
2. Votação do **Relatório** sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”
3. Apreciação e votação do **requerimento do PSD**, para “audição do Presidente da CP, do Ministro das Infraestruturas e Habitação e do Ministro de Estado e das Finanças, acerca da demissão do Presidente da CP.”



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

4. Apreciação e votação do **requerimento do BE**, sobre “audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do contrato de concessão dos Correios de Portugal (CTT).”

5. Apreciação e votação do **parecer** referente ao **Projeto de Lei n.º 897/XIV/2.ª (Ninsc. JKM)** – “Altera o Código da Estrada reforçando a segurança de peões e ciclistas nas vias intra-urbanas”

6. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 1431/XIV/2.ª (BE)** – “Recomenda ao Governo o reforço da regulamentação sobre as lotarias instantâneas com vista a contribuir para a diminuição dos riscos ou efeitos negativos associados ao uso abusivo ou patológico”

7. Outros assuntos

10H30 – Audição do Presidente da Comissão Executiva da ANA Aeroportos de Portugal/ Vinci Aeroportos sobre “a ampliação da pista do Aeroporto da Horta”, a requerimento do PS

O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, deu as boas vindas aos Senhores Deputados, bem como ao Eng.º Thierry Ligonnière, Presidente da Comissão Executiva da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., dando início à [audição](#), a [requerimento do GP PS](#).



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

Após o Eng.º Thierry Ligonnière fazer a sua intervenção inicial, foi iniciada a primeira ronda de perguntas, tendo usado da palavra os Senhores Deputados Nelson Silva (PAN), João Castro (PS), Ilídia Quadrado (PSD), Isabel Pires (BE) e Bruno Dias (PCP), tendo o Eng.º Thierry Ligonnière respondido, individualmente, às questões colocadas.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Ilídia Quadrado (PSD), João Castro (PS), Isabel Pires (BE) e Bruno Dias (PCP), tendo o Eng.º Thierry Ligonnière respondido, no final, à globalidade das questões suscitadas.

Por fim, foi dado início à terceira e última ronda, na qual intervieram os Srs. Deputados Ilidia Quadrado (PSD), João Castro (PS) e Bruno Dias (PCP), posto o que o Eng.º Thierry Ligonnière respondeu, no final, às questões colocadas.

A audição foi objeto de [gravação](#), constituindo parte integrante desta ata e podendo ser consultada na página da Comissão na *Internet*, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

11h30 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação da ata n.º 149, referente à reunião do dia 28 de setembro

Iniciada a reunião, o Senhor Vice-Presidente submeteu a votação a ata n.º 149, referente à reunião do dia 28 de setembro, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do PEV.

2. Votação do Relatório sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”

Dada a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz (PSD), o mesmo remeteu a apresentação do relatório para as considerações feitas na reunião ordinária de dia 29 de outubro.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

Solicitada a palavra pelo Sr. Deputado Bruno Dias (PCP), foi referido que o GP PCP iria votar o referido parecer, mas que iria apresentar, oportunamente, uma declaração de voto.

O Sr. Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) pediu a palavra para informar que votaria favoravelmente o parecer por o mesmo ser fiel ao que sucedeu na audição à candidata a personalidade indigitada.

Colocado a votação, o relatório foi rejeitado com os votos contra do GP do PS e do PCP e a abstenção do PSD, do BE e do CDS-PP.

Ante o exposto, o Sr. Vice-Presidente informou haver a necessidade de ser nomeado novo relator e que, seguindo a metodologia da Comissão, a nomeação caberia ao GP do PS.

O Sr. Deputado Hugo Costa (PS) passou a indicar como Deputado Relator o Sr. Deputado Filipe Pacheco.

3. Apreciação e votação do requerimento do PSD, para “audição do Presidente da CP, do Ministro das Infraestruturas e Habitação e do Ministro de Estado e das Finanças, acerca da demissão do Presidente da CP.”

Entrando no ponto 3 da ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente passou a informar que o GP do PCP também tinha dado entrada na mesa de um requerimento sobre o mesmo tema, pelo que, caso houvesse concordância para que o requerimento do PCP integrasse a ordem do dia, os dois requerimentos poderiam ser discutidos em conjunto.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa (PS) o mesmo requereu o adiamento dos pontos 3 e 4, manifestando não dar assentimento a que o requerimento apresentado pelo GP PCP integrasse a ordem do dia.

O Sr. Deputado Afonso Oliveira (PSD) pediu a palavra para assinalar que o GP PS estava a adiar a discussão de um tema da máxima urgência, pelo que os demais GP deveriam tirar as devidas ilações.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

4. Apreciação e votação do requerimento do BE, sobre “audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do contrato de concessão dos Correios de Portugal (CTT).”

O Sr. Vice-Presidente assinou que, face ao pedido de adiamento deste ponto pelo GP do PS, o mesmo transitaria para a reunião ordinária seguinte.

5. Apreciação e votação do parecer referente ao Projeto de Lei n.º 897/XIV/2.ª (Ninsc. JKM) – “Altera o Código da Estrada reforçando a segurança de peões e ciclistas nas vias intra-urbanas”

A Sra. Deputada Relatora Isabel Pires (BE) passou a apresentar, nos termos previstos para o efeito, o parecer referente ao Projeto de Lei n.º 897/XIV/2.ª (Ninsc. JKM). Colocado o parecer a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PAN e do PEV.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1431/XIV/2.ª (BE) – “Recomenda ao Governo o reforço da regulamentação sobre as lotarias instantâneas com vista a contribuir para a diminuição dos riscos ou efeitos negativos associados ao uso abusivo ou patológico”

O Sr. Vice-Presidente deu a palavra à Sra. **Deputada Isabel Pires (BE)** para apresentação do Projeto de Resolução, a qual referiu que este tinha sido apresentado por se considerar existirem outras matérias para as quais era necessário dar resposta, mencionando que as soluções apresentadas poderiam não ser as únicas capazes de responder ao problema, mas que tinham sido trabalhadas em conjunto com especialistas da área da psiquiatria e psicologia cuja especialidade eram problemas de adição.

Referiu a Sra. Deputada que as soluções utilizadas para o problema do jogo são, nomeadamente, as seguintes: a regulamentação sobre os elementos visuais da lotaria instantânea, de forma a que não haja um apelo visual tão grande ao jogo; estender a auto exclusão à lotaria instantânea, à semelhança do que já acontece para outros jogos, como os jogos do casino e jogos “Placard”, nomeadamente, através do cartão de



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

cidadão ou do número de contribuinte; redução do número de locais de venda de lotaria instantânea, por forma a desincentivar a compra deste tipo de jogo; eliminar a venda de lotaria instantânea em estabelecimentos e postos dos CTT, o que não encontra qualquer justificação até porque, do ponto de vista sociológico, os reformados e os pensionistas são os mais suscetíveis a este tipo de vícios.

Por fim, referiu que esta é uma situação que deve ser analisada com a maior brevidade e atenção possível.

De seguida, usou da palavra o Sr. **Deputado Filipe Pacheco (PS)** afirmando que aquilo que se pretende é desincentivar, combater ou prevenir padrões de adição a jogos e apostas. Assinalou que, atualmente, não existem estudos epidemiológicos que permitam tirar conclusões sobre os padrões de jogo e de viciação em Portugal pois, o que apenas existem são relatórios, e não verdadeiros estudos aprofundados, dos quais seja possível retirar conclusões.

Mais referiu o Sr. Deputado que, os jogos e apostas estão a ter muito mais receita, mas também muitos mais jogadores, pelo que não é certo que os padrões de jogo e de viciação no jogo estejam a aumentar. Assim, se não há conclusões precisas, não se deve restringir a lotaria instantânea, ignorando-se todas as restantes formas de jogos e apostas, pelo que o assunto tem de ser analisado de forma muito mais lata e profunda.

Por fim, o Sr. Deputado afirmou que, para o GP PS, faria mais sentido que o Projeto de Resolução recomendasse a criação de um plano nacional aos comportamentos aditivos e a elaboração de estudos epidemiológicos a todos os jogos e apostas, ao invés das recomendações apresentadas.

De seguida, pediu a palavra o Sr. **Deputado Emídio Guerreiro (PSD)**, afirmando que, independentemente dos estudos que existem, ou não, são gastos, diariamente, cerca de 4 milhões de euros em raspadinhas, sendo este um problema bem identificado. Assinalou que mais de 76% das pessoas que gasta esse dinheiro é de classe média baixa e baixa, ou seja, pessoas com menos recursos, pelo que o Parlamento tem de resolver o assunto, na medida em que o Governo parece incentivar este tipo de práticas



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

atendendo a que lança a raspadinha do património aproveitando o valor das receitas para financiar projetos.

O Sr. Deputado referiu que quando é feita a comparação entre os números de Portugal e dos demais países europeus, percebe-se que existe uma grande disparidade havendo, ademais, muitas pessoas a gastarem o dinheiro das suas poupanças e reformas.

Deste modo, assinalou ser necessário pensar numa solução relativamente a este tema e a este problema social.

Também o Sr. **Deputado Bruno Dias (PCP)** usou da palavra para assinalar que, na discussão da matéria ora em apreço, seria relevante ouvir a posição da Comissão da Saúde, pelo que esta deveria ser envolvida na discussão do Projeto de Resolução em causa. Ademais, assinou a necessidade de serem ouvidas diversas entidades sobre a matéria, entre as quais o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD).

Por fim, afirmou o Sr. Deputado que as propostas apresentadas no Projeto de Resolução em discussão representam um ponto de partida útil para o debate, mas que é relevante ter a noção de que, em causa, não está apenas uma alteração ao Código da Publicidade, mas também a outras matérias mais abrangentes.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. **Deputado João Almeida (CDS-PP)** que referiu estar a ser feita uma abordagem errada nesta matéria, na medida em que esta era uma matéria governativa, pelo que é ineficiente que o próprio Estado, que cria, regula e disponibiliza o jogo, esteja agora preocupado com os efeitos do mesmo. Assim, o relevante é trabalhar na oferta e não continuar a disponibilizar jogo para, posteriormente, se aplicarem recursos públicos de modo a travar as consequências e os efeitos nocivos desse mesmo jogo.

O Sr. Deputado assinalou que o que faz sentido é adequar o licenciamento e a criação de jogo àquilo que são boas políticas públicas de saúde mental pois, a propensão para o jogo atrair pessoas de classes mais desfavorecidas é muito grande, como já se sabe.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

Afirmou que o GP CDS-PP defende a existência de restrições e a adequação da oferta.

Por fim, para encerramento da discussão, foi novamente dada a palavra à Sra. **Deputada Isabel Pires (BE)** que afirmou existir um largo consenso de que existe um grande problema que necessita de ser solucionado, reafirmando que a proposta em discussão visa desincentivar a compra de um produto que pode causar adição, tal como já se fez com o caso do consumo de álcool e de tabaco. Mais referiu que as medidas que estão em causa no Projeto de Resolução prendem-se não tanto com recomendações ao nível de saúde mental, mas antes com aquilo que o Governo pode regulamentar, do ponto de vista económico, nesta matéria.

A Sra. Deputada terminou a sua intervenção sugerindo que fosse criado um Grupo de Trabalho onde possam ser ouvidas entidades quer do setor económico como do setor da saúde.

Neste momento, o Sr. Vice-Presidente informou terem baixado à Comissão, para nova apreciação na generalidade, as seguintes iniciativas:

- **Projeto de Lei n.º 919/XIV/2.ª (BE)** - Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (16.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de outubro)
- **Projeto de Lei n.º 951/XIV/3 (Ninsc CR)** - Altera o Código da Publicidade por forma a tornar obrigatória a advertência do potencial de criar dependência nos jogos sociais tais como Euromilhões, raspadinhas, totobola/totoloto e lotarias
- **Projeto de Lei n.º 952/XIV/3.ª (PAN)** - Limita a publicidade a jogos e apostas e aprova medidas de defesa do consumidor e de promoção da literacia sobre os riscos associados ao jogo, procedendo à décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro
- **Projeto de Lei n.º 343/XIV/1.ª (PCP)** - Estabelece restrições à publicidade nos jogos e apostas (15.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro).



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

O Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou a palavra para sugerir que o Projeto de Resolução n.º 1431/XIV/2.ª (BE) transitasse para um Grupo de Trabalho a ser criado, em conjunto com as quatro iniciativas legislativas que o Sr. Vice-Presidente acabava de referir.

Não tendo havido oposição por parte de nenhum dos GP presentes, o Sr. Vice-Presidente deu a indicação aos GP para que apresentassem na mesa o nome dos Deputados que iriam integrar o Grupo de Trabalho, mais referindo que a coordenação do mesmo cabia ao GP PSD.

7. Outros assuntos

A respeito da **audição ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, prevista para dia 12 de outubro às 10h30**, o Sr. Vice-Presidente assinalou a necessidade de ser decidida a grelha de tempos a aplicar, tendo sido proposta uma grelha de tempos para cada um dos requerimentos em causa, de modo a que os mesmos pudessem ser discutidos separadamente. Assim, a grelha de tempos sugerida, à qual não houve oposição, foi a seguinte:

Intervenção inicial do Ministro das Infraestruturas e da Habitação – 7 minutos

1.º ronda cabe a cada GP – 7 minutos, com resposta imediata do Ministro

2.º ronda cabe a cada GP – 5 minutos, com resposta a final do Ministro

Antes de dar a reunião por terminada, o Sr. Vice-Presidente passou a dar conta da calendarização da Comissão até ao dia 15 de outubro, relembrando, uma vez mais, a necessidade de dar seguimento aos Projetos de Resolução que se encontram pendentes na Comissão em sede de especialidade, bem como à existência de pedidos de audiência pendentes.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de outubro de 2021.

O VICE-PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 151/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Hugo Costa (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Jamila Madeira (PS)
José Rui Cruz (PS)
Pedro Coimbra (PS)
António Topa (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Emídio Guerreiro (PSD)
Filipa Roseta (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Isabel Pires (BE)
Maria Manuel Rola (BE)
Bruno Dias (PCP)
João Pinho De Almeida (CDS-PP)
Nelson Silva (PAN)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Filipe Pacheco (PS)
João Azevedo Castro (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Nuno Fazenda (PS)
Ricardo Leão (PS)
Cristóvão Norte (PSD)
José Luís Ferreira (PEV)